

## CARTA ABERTA AOS CIDADÃOS DA CARVOEIRA

Entre Torres Vedras e a Merceana, 15 km, não há serviços, supermercado, farmácia, Centro de Dia, creche. Não se consegue comprar sequer um caderno. Este foi um dos argumentos que mais vezes usei desde que me propus ajudar a resolver o imbróglio que mantém fechados os equipamentos do Complexo Desportivo da Carvoeira - as piscinas, construídas em 1999 com fundos europeus, e o pavilhão iniciado em 2008 pela Câmara, mas nunca aberto.

Sem pelouros ou salário, como vereador eleito pelo Unidos - Movimento Cívico, exerço as minhas funções para ajudar a resolver problemas e contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. Por isso apresentámos mais de 120 propostas escritas em quatro anos.

Quando vim viver para a Carvoeira, no início da última década, lembro-me de ver descerem a rua, no verão, crianças e adolescentes com toalhas ao ombro, bóias e sorrisos rasgados. Lá iam, felizes, para as piscinas. Contaram-me depois que estavam fechadas há mais de oito anos. O pavilhão, apesar de “quase pronto” desde 2015, nunca abriu. A explicação mais comum? Desentendimentos entre a Casa do Povo, dona dos terrenos, e a Junta de Freguesia - que usa parte das instalações como estaleiros ou armazém.

Em junho de 2024 levei o assunto à sessão de Câmara e apresentámos uma proposta (**disponível em [unidosportorresvedras.pt](https://unidosportorresvedras.pt)**). Pedi à presidente da Câmara um mandato para mediar as partes e verbas para reabrir os equipamentos. Usei dias de férias para reunir informação e falei com antigos e atuais presidentes da Junta. Pedi à Casa do Povo e à Junta que indicassem representantes para negociar. Fizemos várias reuniões, visitas ao local, recolhi documentação, fiz um levantamento fotográfico e elaborei uma base de acordo para formalizar o que cada parte desejava e assumia. A coisa parecia bem encaminhada e, em setembro de 2024, enviei um email à presidente propondo apresentar o dossier completo em sessão de Câmara. Apresentei-o, foi bem recebido, e parecia que tudo ia avançar. Havia questões a resolver, de parte a parte, mas o essencial parecia ‘desbloqueado’. Os problemas tinham todos soluções, que já estavam apontadas, e importava por mãos à obra.

O vereador do Urbanismo, Francisco Martins, ficou encarregado comigo de fazer andar o processo. Ficou definido avançar por fases: primeiro abrir as piscinas, na primavera de 2025; depois pôr o pavilhão a funcionar. Este equipamento - que, à época, custou 350 mil euros à autarquia - encontra-se ainda por acabar (piso em betonilha, balneários encravados no pavilhão novo, áreas de circulação em gralva usadas como garagem da Junta).

Na semana seguinte, convidei uma engenheira do Instituto do Desporto (IPDJ) para nos ajudar a encontrar soluções técnicas. Devíamos seguir o que tinha sido projetado (o projeto custou 50 mil euros, em 2005) e ir avançando por etapas para terminar tudo (piso de jogos, o piso em volta, balneários e bancadas). Um problema identificado foi a regularização cadastral: terrenos com várias cadernetas rústicas, a precisar de atualização. Inicialmente, a Junta queria ser proprietária para avançar, mas acabámos por resolver isso. Casa do Povo e Junta aceitaram avançar com a ajuda da Câmara e assinar um compromisso.

No início de novembro, o vereador do Urbanismo informa-me que estava disponível para fazer uma visita ao local, que é agendada. Acordou-se avançar primeiro com as piscinas e depois com

o pavilhão. Continuei a recolher documentos, elaborei relatórios e enviei-os à presidente e ao vereador. Em dezembro pedi nova reunião para distribuir tarefas e perceber o que faltava de cada lado. Insisti: se queríamos as piscinas abertas no verão e o pavilhão pronto o quanto antes, era decisivo aproveitar a boa vontade de todos. O vereador do Urbanismo dizia-me que havia muito trabalho, mas que o processo avançaria. Entrámos em 2025 e nada aconteceu, apesar de novas insistências.

Em fevereiro, são-me prometidos avanços na análise técnica que 'está a ser feita'. Em março, voltei a insistir para, pelo menos, garantir a abertura das piscinas no verão. Uma vez mais, promessas de que 'está a avançar'. Na primeira sessão de Câmara de Abril, já impaciente, peço explicações para todo o atraso "tendo o sr. vereador do Urbanismo respondido que se comprometia em 15 dias a ter o processo das piscinas fechado, para ver se em junho, quando os miúdos terminarem a escola, se pode abrir" - ata da sessão de 8 de abril.

A 21 de abril, o vereador informa-me por email que terá uma reunião nos dias seguintes com o prestador de serviços que iria recuperar as piscinas "para finalizar o processo". Como nada soube dessa reunião, no início de maio enviei um pedido de reunião à presidente e ao vereador do Urbanismo. No dia 15 de maio, o secretário da presidente responde-me a dizer que está a tentar agendar a reunião "com a maior brevidade possível, tendo em consideração a ambição de garantir a abertura das piscinas durante o período de verão".

A 23 de maio, enviei documentos revistos após conversas com Casa do Povo e Junta para ajustar detalhes: quem geria as piscinas, quem cobria despesas. Em junho tivemos reunião geral na Câmara. A Casa do Povo reafirmou compromisso de regularizar os cadastros com a ajuda da Câmara. Nada impedia o arranque das obras.

Na sessão de 1 de julho, perguntei diretamente à presidente quando começariam as obras. Para meu enorme espanto, a resposta foi que a maioria socialista decidira "não avançar com as obras porque no cadastro aquele terreno consta como vinha". Perguntei como explicavam então que o anterior presidente da Câmara, Carlos Miguel, tivesse autorizado a construção do pavilhão de 350 mil euros naquele mesmo terreno. Ou como tinham recuperado a escola primária, ou pago 50 mil euros pelo projeto de arquitetura, se tal não era permitido.

A presidente não respondeu. Sorriu. Quem acompanha a política local já se habituou a este estilo: não dar explicações quando já nem desculpas há para dar. Na prática, assume que, mesmo com os instrumentos à disposição e problemas de pequena monta, não consegue resolver. E, de passagem, atira para o antecessor Carlos Miguel a responsabilidade por ter feito obra num "terreno de vinhas". Ironia máxima: aparecem hoje juntos, lado a lado, nos cartazes eleitorais.

Peço desculpa às crianças e jovens da Carvoeira e São Domingos de Carmões, aos pais e avós, por este esforço não ter sido suficiente para garantir a reabertura das piscinas este verão, após oito anos fechadas. Esta será uma obra prioritária caso ganhemos as eleições, e cá estaremos para as abrir, remodeladas, na primavera de 2026. E, finalmente, terminar e pôr a servir o pavilhão — entregando à freguesia aquilo que há décadas lhe foi prometido sem nunca ter sido cumprido.

## Diogo Guia

Vereador sem pelouro, CMTV

**Unidos por Torres Vedras - Movimento Cívico**